

PAULO DUARTE: combates e trincheiras patrimoniais

PAULO DUARTE: heritage's fighting and trenches

Manuelina Maria Duarte Cândido |  
[manuelin@uol.com.br](mailto:manuelin@uol.com.br)

Notas biográficas

Licenciada em História (UECE, 1997), Especialista em Museologia (USP, 2000), Mestre em Arqueologia (USP, 2004), Doutora em Museologia (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2012). Realiza atualmente estágio pós-doutoral em Museologia na Université Sorbonne Nouvelle, Paris III, sob a supervisão de François Mairesse. Professora de Museologia da Universidade Federal de Goiás desde 2009.

Aureli Alves de Alcântara | [aurelial@usp.br](mailto:aurelial@usp.br)

Licenciada e Bacharel em História (USP, 1996), Especialista em Museologia (USP, 2000), Mestre em Arqueologia (USP, 2008). Possui diversos trabalhos apresentados e publicados, experiência com pesquisas escritas e iconográficas, também em documentação museológica, expografia, ação educativa e implantação de museus. Atua como Coordenadora da Ação Educativa do Theatro Municipal de São Paulo desde 2008.

## Resumo

Por ocasião dos 30 anos da morte do humanista Paulo Duarte e em virtude da amplitude de suas ações enquanto defensor de causas ligadas à cultura e ao patrimônio, o presente artigo pretende apresentar a figura do também advogado e jornalista para um público mais diversificado que não esteja circunscrito ao universo acadêmico ou ao campo da Arqueologia, a fim de que sejam suscitadas diferentes abordagens sobre o pensamento e atuação do intelectual que estabeleceu estreita relação entre o patrimônio, nacionalidade, territorialidade, identidade, comunidade entre tantas outras possibilidades temáticas.

## Palavras-chave

Paulo Duarte – Patrimônio – Arqueologia

## Abstract

On the occasion of the 30th anniversary of the death of the humanist Paulo Duarte and because of the magnitude of his actions as a defender of causes related to culture and heritage, this article aims to present the figure of the lawyer and journalist also to a more diverse audience that is not confined to academia or the field of archeology. So, different approaches about the thought and action of the intellectual who established a close relationship between the heritage, nationality, territoriality, identity and community among other possible thematic can be raised.

## Keywords

Paulo Duarte - Heritage – Archaeology

Nos últimos anos especialmente a partir do esforço de pesquisadores como Pedro Paulo Funari (Unicamp) e Maria Cristina Oliveira Bruno (USP), esta figura até então pouco conhecida passou a ser tema de dissertações e teses acadêmicas (ALCÂNTARA, 2007; SANABRIA, 2013) além da criação do Laboratório de Arqueologia Pública – Paulo Duarte (LAP) na Universidade Estadual de Campinas em 2007. As diligências destes e de outros pesquisadores já lograram fazer de Paulo Duarte bastante conhecido no meio da Arqueologia, embora sua atuação não se restrinja a ela, mas ainda pouco estudado em relação a outras contribuições que deu fora do âmbito da Arqueologia.

Segundo Alcântara (2007), que se debruçou nos arquivos de Paulo Duarte, especificamente, sobre documentos que tratavam da Pré-História, há ainda um farto material inédito em pesquisas tanto na parte do arquivo que se encontra no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, quanto no Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulálio” do Instituto de Estudos da Linguagem, - CEDAE/IEL/ Unicamp.

Este texto pretende aumentar a visibilidade da temática e dessas fontes para que outros pesquisadores se interessem pelos estudos sobre a atuação de Paulo Duarte na defesa de um patrimônio cultural muito mais multifacetado do que possa parecer à primeira vista.

Sabendo disto e considerando importante que sua trajetória seja investigada e possa inspirar profissionais de outras áreas, resolvemos retomar e atualizar um trabalho incipiente de pesquisa iniciado por Duarte Cândido em 1998. Na ocasião, cursando uma disciplina do mestrado em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP) da professora Maria Cecília França Lourenço, foi instigada a preparar seminário e trabalho escrito com o tema “Paulo Duarte

confronta acadêmicos”. Era uma demanda, portanto, de uma abordagem sobre disputas no campo das artes e do patrimônio artístico em São Paulo. Ocorre que já nos momentos iniciais da investigação a pesquisadora percebeu que esta era apenas uma de suas pelejas, e o trabalho ganhou outro rumo, procurando situar este combate em meio a tantas outras trincheiras de defesa da cultura e do patrimônio possíveis de rastrear na biografia de Paulo Duarte, até por um interesse pessoal em Arqueologia. O presente trabalho se justifica pela necessidade de mostrar a outros pesquisadores que muitas frentes de pesquisa ainda estão por abrir.

#### Atuação e confrontos na São Paulo dos anos 30

Paulo Duarte nasceu em São Paulo em 1899 e foi criado em Franca (SP). De volta à capital desde 1913, ingressou em 1919 no jornal O Estado de São Paulo, como revisor, posição que já ocupara no Jornal do Comércio. Iniciou-se, assim, a amizade com Júlio de Mesquita e seus filhos, que lhe facilitou acesso ao universo político e cultural, além da atuação no Diário Nacional, órgão do Partido Democrático, ao lado de Mário de Andrade, que o aproximaria do grupo modernista de 1922 (ALCÂNTARA, 2007, p. 29-30). Em 1927 concluiu o curso de Direito. Segundo ele mesmo, em depoimento ao CPDOC, os responsáveis por sua formação política e intelectual no Brasil, foram, principalmente, Amadeu Amaral e Júlio de Mesquita (FGV/CPDOC, 1987, p. 01).

Em sua vasta produção bibliográfica, pode-se perceber a importância de ambos e o mesmo peso da homenagem aos dois, com a publicação de suas biografias em 1976 e 1977. Porém, outras influências foram fundamentais e indícios similares revelam isto, pois publicou, igualmente, um volume para Mário de Andrade e um para Paul Rivet, em 1971 e 1960, respectivamente, com as correspondências

trocadas entre ele e estes seus dois companheiros de ideias e contestações, em diferentes momentos de sua vida.

Entre 1926 e 1931 Paulo Duarte realiza em casa reuniões culturais, com homens do porte de Mário de Andrade e Sérgio Milliet. Registra em seus livros que ali germinaram coisas como o Departamento de Cultura de São Paulo (DUARTE, 1985, p. 49).

Uma característica que volta e meia aparece na biografia é a mudança de ponto de vista, demonstrando ser Paulo Duarte um homem que não temia reconhecer outras maneiras de pensar e se reorientar. Deste modo Antônio Cândido em seu prefácio a "Mário de Andrade por ele mesmo" assinala: "Paradoxalmente, então, o jovem, se não anti-modernista, certamente não modernista de 22, foi o inspirador das medidas que permitiram a atuação efetiva das ideias dos modernistas na escola da cultura coletiva". (CÂNDIDO In DUARTE, 1971, p. XV)

Da mesma forma, em relação à posição política do Partido Democrático, quando este se aliou ao Partido Republicano Paulista, Paulo Duarte não temeu tomar uma posição distinta e pegar em armas na Revolução de 1932, comandando um trem blindado cuja captura lhe renderia um primeiro exílio em Portugal, de onde seguiu para a França. Participou das Revoluções de 1924, 1930 e 1932, mas foi nesta que teve a atuação mais efetiva, incluindo o episódio citado, em que chegou a chefiar o trem blindado. Suas memórias mostram o destemor com que defendia suas ideias mesmo quando os aliados tomavam outras posições:

*Na Revolução de 30, fui conspirador, como todo mundo o foi em São Paulo. Tanto assim, que causou admiração desta coisa que está aí governando o Brasil, que eu não estivesse conspirando contra eles, porque sou adversário irreconciliável deles. E o general me perguntou como é que se explicava que, tendo participado da Revolução de 24, da Revolução de 30, da Revolução de 32 e outros movimentos subversivos, eu não estivesse conspirando. Eu respondi que era porque eu não tinha atualmente com quem conspirar. Eles eram meus adversários, e os meus amigos, meus companheiros, a maioria aderiu a eles; de modo que eu não podia conspirar. E se eu pudesse, estava conspirando. (FGV/CPDOC, 1987, p. 05)*

Segundo Alcântara (2007, p. 34), quem conseguiu reunir as forças oligárquicas na Frente Única Paulista foi o genro de Júlio de Mesquita, Armando Salles de Oliveira, que assumiu a interventoria de São Paulo em 1933. Paulo Duarte voltou do exílio e passou a trabalhar prestando assessoria jurídica ao município de São Paulo naquela gestão. O governo de Armando Salles de Oliveira criou, em 1934, a Universidade de São Paulo e embora não seja vinculado normalmente a esta iniciativa, Paulo Duarte fez parte dela (Museu de Arqueologia e Etnologia, 1991), além de indicar nomes da comissão de criação. Hayashi (2001, apud ALCÂNTARA, 2007, p. 36) defende que ele juntamente com Júlio de Mesquita Filho e Armando Salles de Oliveira são os pilares do projeto, enquanto o próprio Duarte substituiu no trio Salles de Oliveira por Fernando de Azevedo (DUARTE, 1976, apud ALCÂNTARA, 2007, p. 37). Além disso, esteve ligado também à criação da Escola Livre de Sociologia e Política (idem, p. 38).

Em 1934, filiou-se ao Partido Constitucionalista criado por Salles de Oliveira, sendo eleito deputado estadual, e permanecendo como assessor da prefeitura no governo de Fábio Prado, iniciado no mesmo ano. Neste posto conseguiu propor a criação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, para cuja

direção indicou Mário de Andrade. O Departamento implementado em 1935 dividia-se em setores de Bibliotecas; Expansão Cultural; Parques e Recreios; Documentação Histórica e Social; Turismo e Divertimentos Públicos (DUARTE, 1938, p. 108). Bibliotecas significativas como a Lamego foram adquiridas, documentos restaurados e republicados. Paris e Praga aprovaram a ideia e elaboraram projetos similares.

Paulo Duarte percebeu a pouca possibilidade de abrangência do Departamento no município, imaginando as vantagens de uma estrutura semelhante em âmbito estadual ou federal. Planejou o Instituto Paulista de Cultura e até um Instituto Brasileiro de Cultura para quando Armando de Salles Oliveira chegasse à Presidência da República (DUARTE, 1985, p. 55). Esta perspectiva, ainda que não realizada, motivava o grupo a planejar projetos culturais de alcance nacional (ALCÂNTARA, 2007, p. 55). No caso do Instituto Brasileiro de Cultura, por exemplo, o desejável era que cada um dos setores do Departamento de Cultura corresponderia a um novo Departamento, aos quais seria acrescido, ainda, o de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico. Entretanto, mesmo em nível municipal o Departamento de Cultura foi completamente desmantelado em 1938, com o afastamento de Mário de Andrade e dos demais criadores.

Sem querer fazer aqui um levantamento exaustivo, cabe demonstrar que malgrado ambos Duarte e Andrade queixarem-se de planos não realizados e projetos inviabilizados, ainda assim, importantes ações foram estabelecidas, no campo da criação de leis e instituições com diferentes graus de permanência. Paulo Duarte, especialmente, combateu acirrada e exaustivamente pela concretização de instâncias de democratização da cultura e de preservação do patrimônio, creditando à educação a responsabilidade de modificar a

mentalidade brasileira em relação à cultura. Segundo Antônio Cândido (In DUARTE, 1985, XV), enquanto Andrade era o mentor, Duarte era o inspirador de medidas práticas.

É possível que se deva ao traço extremamente franco e combativo de sua personalidade, claramente perceptível em seus escritos e memórias, na maneira como relata os fatos e como se dirige às pessoas, o fato de não ter obtido ainda, o devido reconhecimento de sua atuação e distinção equivalente à dada ao seu parceiro de ideias. Em sua execução, Paulo Duarte não poupava críticas e respostas irônicas a opositores, bem como se expunha incondicionalmente fosse pela imprensa ou tribuna da Assembleia. Sua biografia é marcada pelos sucessivos combates aos quais era tão ardentemente afeito que se referiu às próprias Memórias como razões por ter vivido, como se no seu entender a própria existência apenas se justificasse por uma contínua batalha em defesa de seus ideais.

#### Parceria com Mário de Andrade e confronto com acadêmicos

Paulo Duarte data em torno de 1925 o início de seu convívio com Mário de Andrade e atribui à ditadura varguista a existência dos documentos que deram origem a mais uma de suas obras, "Mário de Andrade por ele mesmo", formada pelas correspondências trocadas entre os dois. Nas reuniões culturais em sua residência, Duarte encontrou inspiração para futuros projetos, como o Departamento de Cultura de São Paulo.

Estas reuniões e as viagens com Mário pelo interior do estado incluindo São Miguel, Carapicuíba, Cotia e Embú (DUARTE, 1938) para observação das condições em que se encontrava o patrimônio, especialmente o edificado, tiveram

profunda influência no seu pensamento e para o interesse que passou a demonstrar em defender questões patrimoniais em sua atuação como deputado.

Segundo Bruno, estes “moços paulistas”

*[...] contribuíram para a compreensão definitiva da problemática que está na base de qualquer trabalho preservacionista, ou seja:*

*- visão abrangente em relação aos múltiplos vestígios e indicadores da memória nacional.*

*- estímulo à preservação e elaboração de legislação própria a esta forma particular de construção das identidades.*

*- incentivo à ação e animação como método para a transmissão e preservação dos valores culturais.*

*- parceria entre projetos culturais, processos políticos e construção da ideia de cidadania. (Bruno, 1999, p. 77)*

Da profícua convivência surgiram ideias e instituições, a partir de uma profunda alteração no seu pensamento, de “certamente não modernista” a parceiro. Em 11 de junho de 1937 é lançada a campanha contra o vandalismo e o extermínio através do jornal O Estado de S. Paulo, em consequência da publicação de seu artigo "Contra o vandalismo e o extermínio", com ampla repercussão.

O artigo relatava suas impressões da viagem pelo interior, após a constatação da existência de ruínas, descaso, reformas desastradas, indiferença da população. Denunciando esta situação por intermédio da imprensa, Paulo Duarte cobra reação da população e, especialmente, da arquidiocese paulistana. Disposto a não perder nenhum apoio possível, apela a um certo mecenato cultural, segundo o qual os homens de posses de São Paulo poderiam patrocinar a preservação deste patrimônio; mas não deixa de chamar as autoridades públicas a sua responsabilidade para com esta preservação (DUARTE, 1938, p. 14).

Denuncia ainda a saída do país de bens patrimoniais e destaca a então recente lei federal de patrimônio, exigindo o reforço necessário a ela por intermédio da criação de legislação estadual. O alerta é também sobre as responsabilidades de instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; o então Museu do Ipiranga, a Academia Paulista de Letras, as sociedades de Geografia, de Sociologia, de Etnografia, entre outras.

A polêmica se estende pelas páginas d' O Estado e inaugura-se, a partir daí, uma verdadeira campanha "Contra o vandalismo e o extermínio", que mais tarde intitula um livro que reúne os artigos jornalísticos, as respostas de intelectuais e instituições e, por fim, o Projeto Lei no 279, de 1937, que instituiu o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo (DUARTE, 1938). Com a grande difusão da campanha, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo é solicitado a assumi-la, o que realmente ocorre. Nesta campanha fica patente a tomada de posição ao lado dos valores modernistas, evocando a necessidade de preservação do que restava de construções dos sécs. XVI, XVII e XVIII, desconsiderando o século XIX.

O ponto polêmico do Projeto 279 é a inclusão, no serviço, da proteção ao patrimônio artístico, ao lado do patrimônio histórico. Os artistas defendiam a separação dos serviços de proteção. Sua reação às críticas não tem meias palavras:

*O projeto de lei paulista está calcado na lei federal.*

*[...]*

*Todo este escarceu não se levantou pelos artistas de São Paulo, aqueles que, verdadeiramente, mereceram este nome. Uma única pessoa, cujos interesses exclusivamente pessoais, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo virá atrapalhar é o cabeça e o orientador de um pseudo movimento de classe e cujo espírito de intriga conseguiu arrastar mesmo o endosso de algumas pessoas de boa fé e desprevenidas.*

*Trata-se do Sr. Paulo Vergueiro Lopes de Leão [...] (DUARTE, 1938, p. 146)*

O "Grupo do Leão" combate a implantação do Departamento centrando suas críticas em uma possível interferência nas atribuições do Conselho de Orientação Artística e na proteção a artistas estrangeiros. José Wash Rodrigues, ele mesmo membro do Conselho, refuta os ataques ao projeto e declara serem desnecessárias as manifestações em defesa do mesmo, por não estar ameaçado em suas atribuições. O alcance do Departamento no âmbito artístico era, para Paulo Duarte, a ocasião de regularizar a questão da Pinacoteca, um patrimônio público em poder de particulares (Escola de Belas Artes) e com acesso restrito.

#### Exílios, prisões e um novo olhar sobre o Brasil

Em seus sucessivos exílios Paulo Duarte viveu em diversos países e travou contatos com inúmeros intelectuais, entre os quais Paul Rivet, antropólogo e humanista, fundador e diretor do Musée de l'Homme de Paris, que conheceu em 1933 e viria a exercer uma importante influência em suas ideias. Não por acaso, no projeto da Universidade de São Paulo a influência francesa foi reforçada com um número maior de professores vindo, no momento inicial, daquele país. Segundo Eriksen e Nielsen, nas décadas de 1930 e 1940, a antropologia francesa estava praticamente isolada das tradições britânica e americana, havendo apenas alguns elos indiretos, entre os quais elevam Paul Rivet pela colaboração que teve com norte-americanos em seus trabalhos na América do Sul, incluindo México e Colômbia (ERIKSEN; NIELSEN, 2012, p. 77).

Com a deflagração do Estado Novo em 1937, Paulo Duarte e diversos companheiros foram exilados na Europa. Para ele já era o segundo exílio, do qual só retornaria em 1951, mas também a oportunidade de aprofundar os laços com Paul Rivet

e dar vazão ao novo interesse pelo estudo da Pré-História. Assistindo aos cursos do Musée de l'Homme e privando de longas conversas com seu diretor, de quem passa a ser assistente pessoal em 1940, Paulo Duarte reconhece em Rivet “[...] um apoio à sua maneira de encarar o mundo, já que ambos estavam convencidos de que a educação era o grande problema da América do Sul, e que se essa fosse levada a sério, a grande maioria das lamentáveis crises do continente seria evitada.” (SANABRIA, 2013, p. 45). Com a ocupação de Paris pela Alemanha, ele passou a viver o exílio dentro do exílio, indo para os Estados Unidos.

Em 1944, Paulo Duarte mencionou em carta a Rivet a ideia de criar um instituto de estudos brasileiros em Paris. Em 1945 foi inaugurado o Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros, funcionando na própria sede do Musée de l'Homme, um projeto que planejava abrigar, futuramente, institutos voltados também para estudos de outros países de relações com a França, mas que não teve continuidade. Para Duarte, experiências como encontrar o Museu do Homem como foco da resistência francesa aos nazistas e acompanhar o exílio de Rivet eliminaram de seu pensamento qualquer ranço puramente nacionalista em prol de uma ideia de "Pátria comum".

Neste meio tempo, Paulo Duarte contribuiu ainda, proficuamente, para a criação de instituições culturais. Em 1945 intermediou a doação da casa de Fábio Prado para sede do Museu da Casa Brasileira, colaborou com o projeto do Museu de Arte Sacra de São Paulo, e fundou, em 1950, a Revista Anhembi, que dirigiu até 1964.

O projeto mais acalentado na volta ao Brasil era a criação de um museu nos moldes do Musée de l'Homme, em que a Arqueologia e os estudos de Pré-História pudessem “[...] demonstrar como cada

cultura do planeta haveria contribuído para o estágio atual de desenvolvimento da humanidade (SANABRIA, 2013, p. 66). Para tanto, a preservação e os estudos dos sambaquis eram considerados essenciais. A instituição devia se estabelecer sobre os pilares da pesquisa científica e da difusão, sendo compreendida como serviço de instrução pública, contando com espaços para pesquisadores e exposições atrativas para o público leigo (idem, p. 67).

Logo após o retorno criou, em 1952, a Comissão de Pré-História, semente do que viria a ser o Instituto de Pré-História e Etnologia (1959), incorporado à Universidade de São Paulo em 1962 como Instituto de Pré-História. Paulo Duarte foi seu diretor até 1969, quando foi forçosamente aposentado pela USP (Museu de Arqueologia e Etnologia, 1991). Também em 1959 foi nomeado para a direção do Museu Paulista, propôs uma reestruturação baseada em sua divisão em dois órgãos, um voltado para a História e outro para a Etnologia e Pré-História (WICHERS, 2010; ALCÂNTARA, 2007). Segundo SANABRIA, ele não chegou a assumir o posto exatamente porque o condicionou à realização desta reforma, não concretizada (SANABRIA, 2013, p. 96).

A criação de um museu no Instituto de Pré-História fazia parte dos planos de Paulo Duarte, no entanto, não chegou a se realizar durante o período em que ele esteve à frente daquela instituição, embora exposições pequenas, mas bastante didáticas existissem sempre no saguão da sede do Instituto. Paulo Duarte, neste período, não só se encarregava pessoalmente de dar explicações aos visitantes, recebendo turmas de estudantes, como levava turmas inteiras de escolares a campo, para conhecer de perto os sítios arqueológicos e o trabalho dos arqueólogos. (1)

Somente em 1978 foi criado o Museu do Instituto de Pré-História, que recebeu o nome Museu do Instituto de Pré-História Paulo Duarte em 1984, ano de sua morte. Mas o seu plano era ainda mais ambicioso, e a exemplo do Musée de l'Homme de Paris, pretendia criar o do Museu do Homem Americano. Diversas tentativas foram encetadas e Alcântara (2007, p. 239) afirma que no último encontro entre Duarte e Rivet, em 1956 no Rio de Janeiro, o francês revelou seu desejo de ver o Instituto de Pré-História de São Paulo, e ambos planejaram uma série de conferências de Duarte em Paris para obter apoio na Europa à causa do Museu do Homem Americano. A fundação do Instituto foi simbolicamente marcada por uma assembleia realizada no primeiro aniversário de morte de Rivet, em 21 de março de 1959. Já o Museu, teve seu processo de implantação interrompido, o que levou Paulo Duarte a redirecionar seus esforços para a preservação dos sítios arqueológicos em âmbito nacional. (2)

Elaborou a lei nº 3.924, aprovada em 1961, sobre a definição, preservação e exploração dos monumentos arqueológicos. Para esta tarefa, contou com o apoio especialmente de Castro e Loureiro Fernandes. A referida lei, a primeira no Brasil e se ocupar do patrimônio arqueológico, não se espelhava no decreto de 1937 que privilegiava monumentos de valor excepcional, mas protegia todos os sítios arqueológicos de imediato (FUNARI, 2005). Em sua dissertação, Alcântara (2007) demonstra como o projeto do Decreto-Lei Estadual da Criação da Comissão de Pré-História e, posteriormente, a lei federal 3.924/61 estavam afinados com a Carta de Nova Delhi (3), mesmo aquele a antecedendo. Uma legislação tão à frente de seu tempo que, malgrado a urgência que a motivou, devido à destruição acelerada dos sambaquis, o órgão federal de proteção, Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional, só iria se organizar para cumprir este papel muito depois:

*Entre a homologação da lei 3.924/61 e a organização do IPHAN para esta finalidade, há uma enorme distância, pois não havia dentro do órgão profissionais com formação adequada. Apenas em 1979 foi criado um setor de arqueologia tendo à frente um arqueólogo de formação. Entretanto, neste período as equipes acadêmicas, já consolidadas, dominavam o território nacional.” (SALADINO, 2010, p. 281)*

Em tempos de ditadura, Paulo Duarte encontrou nova trincheira: a defesa da autonomia universitária, campanha de 1964, em que combateu o projeto MEC-USAID e refere-se à cúpula da Universidade como sendo composta por "rinocerontes", publicando o livro "O Processo dos Rinocerontes". Sua oposição à ditadura militar valeu-lhe a aposentadoria compulsória em 1969, com a aditiva proibição de lecionar em qualquer outra instituição pública ou apoiada pelo governo. Até os últimos anos de vida Paulo Duarte continuou combatendo por intermédio das páginas da Folha de São Paulo, além de ter organizado as suas memórias em dez tomos. “No conjunto dessa obra, o principal objetivo do intelectual era salientar sua posição contrária ao golpe, demonstrando como ele já havia enfrentado anteriormente um regime semelhante durante a instauração do Estado Novo.” (SNABRIA, 2013, p. 115)

### Considerações finais

A importância e abrangência da atuação política, cultural e educativa de Paulo Duarte é relativamente pouco conhecida; o que nos motivou a pensar este texto como um instrumento também de divulgação para, quem sabe, suscitar novas pesquisas. Aqui ressaltamos sua personalidade forte e combativa, além da presença em sua biografia, não de um, mas de sucessivos confrontos em seus mais diversos cenários e canais de atuação, fosse a imprensa, a Assembleia Legislativa, o próprio front

da Revolução Constitucionalista, as instituições por ele criadas ou mesmo cenários além das fronteiras brasileiras.

Em meio a esta frenética atividade, Paulo Duarte, que se queixava de planos irrealizados (4), deixou concretizadas instituições e leis, além de uma vasta bibliografia onde sistematiza desde as suas memórias, em vários tomos, até o registro de importantes batalhas, interesses e parcerias, especialmente com Mário de Andrade e com Paul Rivet.

Em relação ao escritor brasileiro, consideramos que a atuação no âmbito da preservação do patrimônio por Paulo Duarte lhe é equivalente, embora a ação cultural daquele tenha tido sempre maior destaque que o dado à deste. Muito provavelmente, o espírito extremamente combativo e sem meias palavras de Paulo Duarte, que prejudicou muitas de suas iniciativas em vida por colocá-las às vezes em termos inegociáveis, também se fez refletir no campo das memórias em disputa, deixando sua atuação em segundo plano. Esta é mais uma razão para considerarmos necessário revisitar a trajetória e a obra de Paulo Duarte.

### Obras publicadas por Paulo Duarte

Sob as arcadas, 1927

Agora nós, 1927

Versos de Trilussa, 1928

Que é que há?, 1931

A administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, 1936

Contra os donos do Instituto Histórico, 1938

Contra o vandalismo e o extermínio, 1938

Variações sobre a gastronomia, 1944

Língua brasileira, 1944

Prisão, exílio, luta, 1946

Palmares pelo avesso, 1947

Cento e vinte e sete anos de imprensa paulista, 1957

Linhas gerais de um plano de recuperação nacional, 1957

O espírito das catedrais, 1958

Paul Rivet por ele mesmo, 1960

O resto não é silêncio, 1965

A agricultura pré-histórica, 1967

O sambaqui visto através de alguns sambaquis, 1968

Reforma? Mas que reforma? 1969

O processo dos rinocerontes, 1969

Fontes brasileiras de pesquisa pré-histórica, 1970

Mário de Andrade por ele mesmo, 1971

Memórias (Vol.1), 1974

Memórias (Vol.2), 1975

Amadeu Amaral, 1976

Memórias (Vol.3), 1976

Memórias (Vol.4), 1976

Júlio de Mesquita, 1977

Memórias (Vol.5), 1977

Memórias (Vol.6), 1977

Memórias (Vol.7), 1978

Memórias (Vol. 8), 1978

Memórias (Vol. 9), 1979

### Referências

ALCÂNTARA, Aureli Alves de. Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa de sua dama – a Pré-História. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)

BRUNO, Cristina. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. In: Cadernos de Sociomuseologia, n.17. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1999.

DUARTE, Paulo. Contra o vandalismo e o extermínio. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

DUARTE, Paulo. Paul Rivet por ele mesmo. São Paulo: Anhambi, 1960.

DUARTE, Paulo. Memórias. Raízes profundas. 1. São Paulo: Hucitec, 1974.

DUARTE, Paulo. Memórias. A inteligência da fome. 2. São Paulo: Hucitec, 1975.

DUARTE, Paulo. Memórias. Ofício das trevas. 6. São Paulo: Hucitec, 1977.

DUARTE, Paulo. Mário de Andrade por ele mesmo. São Paulo: Hucitec/ PMS, 1985.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Paulo Duarte: combates e confrontos. Trabalho da disciplina Memória Artística – FAU/USP, 1998. 20 p. (texto não publicado)

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Silvert. História da Antropologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FGV/CPDOC. Paulo Duarte (Depoimento - 1977). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC- História Oral, 1987. 69p. dat.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Reassessing Archaeological Significance: Heritage of Value and Archaeology of Renown in Brazil”. In: MATHERS, Clay; DARVILL, Timothy; LITTLE, Barbara J. (Eds.). Heritage of Value, Archaeology of Renown: Reshaping Archaeological Assessment and Significance. Gainesville: University Press of Florida, 2005. P. 135-149.

LOURENÇO, Maria Cecília França. Operários da Modernidade. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1995.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) Caminhos da Prática Brasileira. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010. (Tese de doutorado em Museologia).

MUSEU de Arqueologia e Etnologia. Paulo Duarte: arqueologia de uma vida. Folheto de exposição. São Paulo, 1991.

SALADINO, Alejandra. Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de

Janeiro, 2010. (Tese de doutorado em Ciências Sociais)

SANABRIA, Isabela Soraia Backx. Paul Rivet e Paulo Duarte: Discursos Sobre Humanismo e Arqueologia no Brasil. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2013. (Dissertação de Mestrado em História).

#### Notas

1 Comunicação pessoal da Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE/USP), em 1998

2 Neste meio tempo ainda se envolve com a defesa dos indígenas, publicando um artigo dirigido ao Presidente Juscelino Kubitschek no Correio Paulistano em abril de 1959, intitulado Protesto Contra o Festival dos Índios do Brasil, reagindo ao plano de exposições de indígenas nas comemorações do Dia do índio, o que efetivamente ocorreu no Rio de Janeiro, em São Paulo e Belo Horizonte. Argumentando em defesa da preservação da dignidade humana daqueles indivíduos, alerta para os riscos de ‘aculturação’ e até da contração de doenças às quais não tivessem resistência. De fato, após o evento, uma epidemia de sarampo praticamente dizimou o grupo (SANABRIA, 2013, p. 101-102). Nesta época também se envolve com o debate sobre projetos desenvolvimentistas que atingiriam áreas indígenas como a Transamazônica e a BR 364. Esta é talvez uma das facetas menos conhecidas da atuação de Paulo Duarte, com farta documentação nos arquivos da Unicamp composta principalmente de artigos publicados nos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo de 1952 a 1980 (idem).

3 Carta de Nova Delhi, UNESCO, 05 de novembro de 1956. Recomendações internacionais sobre pesquisas arqueológicas.

4 Esta queixa era constante nele como em Mário de Andrade, a quem reconhece como um parceiro de sonhos, lutas, mas também de frustrações: "Os mesmos paulistas que ajudaram a matar o meu entusiasmo, que nunca pediu pagamento, ajudaram também a matar Mário de Andrade". (DUARTE, 1985, p.05)